



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

SABERES PEDAGÓGICOS E DESEMPENHO DO ALUNO NA EJA

Maria de Fátima de Andrade Ferreira*
(UESB)

RESUMO

O artigo apresenta parte de uma pesquisa realizada com alunos e docentes que atuam na Educação de Jovens e Adultos de uma escola da rede estadual de ensino, Itabuna-BA, com objetivo de analisar o desempenho escolar e saberes pedagógicos de docentes, examinando a concepção dos sujeitos sobre a escola, educação, formação, trabalho, formas de comunicação no contexto escolar. Apresenta elementos teórico-metodológicos qualitativos que subsidiaram o estudo. Os resultados obtidos revelam a necessidade de maior investimento na formação docente para atuação com jovens e adultos e estratégias para motivar o aluno a estudar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de jovens e adultos, Políticas públicas, Consciência dialógica

INTRODUÇÃO

Na Educação de Jovens e Adultos – EJA, apesar dos avanços das políticas públicas e esforços de educadores para garantir a qualidade da educação, o fracasso escolar reflete na vida escolar e social do aluno e o índice de repetência, evasão e abandono escolar são expressivos e excludentes. Alunos abandonam a

* Doutorado e Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; Licenciatura em Pedagogia-FNM e em História – UESC; Professora Orientadora do Programa de Mestrado em Ciências Ambientais e do curso de graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Bahia – UESB, Campus de Itapetinga, BA.; Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão Gestão em Educação e Estudos Transdisciplinares – NUGEEET, UESB/CNPq; Líder do Grupo de Pesquisa Resiliência e Educação – UESB/CNPq.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

escola pelo mercado de trabalho, buscando meios de sobrevivência e a desigualdade social leva a discriminação e exclusão social.

No seu projeto de vida, desde muito cedo, crianças e adolescentes buscam a rua como refúgio para seus problemas, obrigados a ajudar na manutenção da família trabalham como “flanelinha”, vendedor ambulante, engraxate, dentre outros “bicos”. Na vida jovem e adulta, passam a fazer parte da população de analfabetos/analfabetos funcionais, sem oportunidade de exercer a cidadania.

A situação da EJA no Brasil denota que o número de pessoas que não sabe ler e escrever ou tem dificuldades de interpretação é preocupante, apesar de ações sócio-pedagógicas e políticas educacionais. O aluno que está na escola “não sabe o que faz na sala de aula, não gosta de estudar, não entende nada que o professor fala”, por vários motivos, desiste ou passa anos na mesma série; desmotivado, não tem interesse para aprender a ler e escrever. Esse problema potencializa preconceitos, estereótipos, levam pessoas e grupos sociais a constrangimentos, discriminação e exclusão social. O agravamento exige a responsabilidade da escola em oferecer educação e ensino pertinente e de qualidade e não permitir a produção de analfabetos funcionais, que não gosta de estudar, não sabe para que sirva o que a escola ensina. A realidade brasileira: aluno não sabe ler, não entende o texto e não manifesta interesse pela escola.

De acordo com resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio pelo IBGE, na última década do Séc. XX, a taxa de analfabetismo no Brasil de pessoas de 15 anos ou mais de idade caiu de 20,1% para 13/6%. Apesar da redução, o índice de analfabetismo ainda é muito elevado, há 14,6 milhões de analfabetos, denunciam dificuldades que terá o País para cumprir objetivos do desenvolvimento do milênio, assegurar que até 2015, crianças possam concluir curso completo de ensino fundamental, alfabetizar jovem e adulto que estão sem acesso à escola. A questão racial indica que há mais negros do que brancos



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

analfabetos. Sobre gênero, em 1992/97, os homens eram a maioria no grupo; em 2001, o número de mulheres alfabetizadas passa a ser maior, uma representação de “89,9% são alfabetizadas, contra 89,4% dos homens. Em 2006, a escolaridade média do brasileiro atinge apenas 6,7 anos de estudo. Nota-se que pessoas de 25 anos ou mais de idade deveriam ter no mínimo 11 anos de estudo, o que corresponde ao ensino médio completo; mas a análise da escolaridade entre 1992-2006 indica médias inferiores a oito anos de estudo, muitos sequer concluíram o ensino fundamental. As desigualdades na taxa de analfabetismo denunciam a discriminação étnico-racial, aparecem nos anos de estudo e negros e pardos estudaram, em média, 2,1 anos a menos do que os brancos.

Diante disso, a pesquisa analisa a relação entre o desempenho dos alunos e saberes pedagógicos dos docentes da EJA na Escola Pública Estadual Y, Sul da Bahia, observando formas de discriminação social, percepção dos sujeitos sobre a escola, educação, ensino e formas de comunicação. A EJA é condição para que todo jovem/adulto tenha acesso ao saber, saber-fazer e ser, independentes da cor da pele, etnia, raça, religião, condição sócio-econômica, sexo, gênero e tem o direito humano de se beneficiar da educação, saber ler e interpretar, escrever, satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem, desenvolver atitudes e viver a sua condição humana. A educação é “ação cultural para a liberdade”, processo transdisciplinar, intercultural e intencional de desenvolvimento da humanização, consciência, subjetividades, valores, sentido das linguagens, atitudes e se assume na relação dialógico-comunicativa entre os participantes. Saberes pedagógicos, conjunto de ações teórico-práticos que se manifesta pela intencionalidade, dinamicidade, humildade, compreensão, ética, comunicação aberta e criativa, dialogicidade e produção do saber pertinente no processo de ensinar-aprender. O movimento social é todo movimento formado por um ator social, pessoal/coletivo, que é ao mesmo tempo diferente de todos os outros e, como Sujeito, igual a todos



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

(TOURAINÉ, 1998). Em Melucci (2001) sistemas complexos baseiam-se na informação, adquirem autonomia e criam condições processuais que permitam aos atores funcionarem como terminais confiáveis de redes informativas e devem transferir o controle em direção à formação mesma do sentido da ação. São atores essenciais à sociedade que se pretende cidadã, solidária e favorável à criação de condições e desenvolvimento de processos de humanização e democratização social.

Contribuições teóricas à pesquisa

A educação brasileira, apesar de compromissos de educadores ao enfrentamento dos problemas de desempenho escolar do aluno e ações governamentais assegurar que objetivos e metas de educação de qualidade sejam atingidos e resolvidos em tão curto período, 2000-2015, o índice de repetência, evasão e abandono escolar é alarmante.

Freire (1997) postula que aprender e ensinar faz parte da existência humana, histórica e social, como dela fazem parte, a criação, invenção, linguagem, amor, ódio, espanto, medo, desejo, atração pelo risco, fé, dúvida, curiosidade, arte, magia, ciência, tecnologia. Trabalhar com valores, humildade, ternura, compreensão, desenvolve atitudes e respeito à diferença, no processo educativo, mas é possível quando se valoriza relação dialógico-comunicativa e envolvimento dos participantes no ato de educar como condição favorável à cidadania. O educador não pode deixar de envolver-se com consciência crítica da sociedade, educação, ensino, saberes da docência e conteúdos trabalhados sala de aula, em processos decisórios, currículo e planos de trabalho coletivo por adoção do princípio transdisciplinar, intercultural, diversidade e respeito às diferenças na escola. Para assumir o compromisso com a formação da consciência do indivíduo-



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

sujeito, o “educador consciente dos limites da ação pedagógica procura educar-se educando, aprender ensinando, sem renunciar ao risco de indicar um caminho” (GADOTTI, 1998, p.87), valoriza iniciativas pessoais e coletivas, espaços socioculturais, aprendizagens criativas, a “ocasião”, linguagens e consciência como pontos fortes do processo ensinar-aprender.

Para Freire (2001, p.171), a conscientização existe quando reconheço e experimento a dialeticidade entre objetividade e subjetividade, realidade e consciência, prática e teoria. A consciência “é sempre consciência de algo, a que se intenciona”, favorável à educação, ao conhecimento da realidade concreta e demanda sempre o desvelamento do objeto em estudo e ação transdisciplinar. A prática consciente da “Pedagogia do Conflito” quando cria a linguagem na educação leva o educador a reassumir papel crítico dentro e diante da sociedade pela dúvida, desobediência, coragem, ternura e toma lugar num certo espaço, assume postura de educador consciente e crítico.

A responsabilidade do educador na EJA é essencial e diversa, exige atualização, compreensão crítica e correta da tecnologia e teorias; sua presença na escola é questionada, quando o objeto é sua relação com o aluno, saberes da docência, diversidade cultural, respeito à diferença. Pimenta (2000, p.15) é favorável à valorização do educador, contrapondo-se a corrente de desvalorização profissional e concepções que o consideram como simples técnico reprodutor de saberes, reafirma que na sociedade contemporânea cada vez mais se torna necessário o trabalho do docente problematizador, colocando a prática pedagógica e docente escolar como objeto de análise. A escola deve ser cultivada como jardim e lugar de produção do saber e criação de possibilidade à construção estética e ética.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Movimentos Sociais, Políticas Públicas em EJA no Brasil

A EJA vista como desafio da educação cidadã e percurso político na história do Brasil, sob diversas denominações, Educação Popular, de Adultos ou para a Libertação, consiste em resolver problemas de analfabetismo e exclusão social de jovens, adultos, idosos que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria; não foram alfabetizados e não obtiveram conhecimentos elementares da Educação Básica.

Toda mobilização educativa no Brasil, por ampliação de oportunidades educacionais, acessibilidade ou permanência, “difusão da escola elementar comum ou criação de movimentos específicos à educação de adultos pode ser interpretada, em seu significado político ou técnico”, por postulados ou justificação por seus defensores (PAIVA, 1987, p. 24).

Para estudo, delimitamos 1960-2009, período em que movimentos e lutas sociais por educação são intensos, estudos ganham espaços amplos e lugar na sociedade como fato histórico concreto. A educação é representada por idéias e método democrático-socialistas freireana e a Lei 4.024/61 assegura que os maiores de 16 anos, poderiam obter o certificado de conclusão do curso Ginásial mediante a prestação de exames de madureza e os maiores de 19 anos, a conclusão do curso Colegial. Em Paiva (1986) vimos que, ao lado do discurso governamental por democratização do ensino, cresce movimentos civis por educação de adultos; outros se associam ao poder político e a iniciativa de entidades civis. A luta pela escola pública fez parte da luta pela democratização do ensino em termos de possibilidade de acesso, combate à segmentação e escola de classe.

Gohn (1995) destaca o Movimento por Reformas de Base na Educação de 1947/61 como uma das mais longas lutas pela educação no Brasil, iniciado com Projeto de Lei que criou legislação geral para o País, no campo educacional. Anísio



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Teixeira, Florestan Fernandes se destacam como defensores da escola pública e gratuita e Carlos Lacerda, o defensor da privatização, justifica a liberdade de escolha das famílias por escolas para seus filhos. Em 1961, o Projeto é aprovado, com concessões dos dois lados, estabelece pela primeira vez no país, lei geral, abrangente para todo sistema escolar de ensino. Movimentos de Cultura Popular de 60-64 foram relevantes dinamizadores da área cultural, influenciam outros movimentos e programas de educação popular. A Ação Popular, criada em 1962 por ações de políticos, estudantes secundaristas, universitários e cristãos progressistas ligados à Ação Católica, junto à Juventude Universitária Católica “inspirados em idéias humanistas de Jacques Maritain, Teilhard de Chardin, Mounier e do Poder Le Bret”, escreve o Documento de Base e se define em 1963 como luta social por sociedade justa, contra o Capitalismo. As lutas por valorização da cidadania, consciência democrático-participativa, liberdade de expressão, construção de valores éticos são contra a exclusão social e indignação contra o desrespeito político.

Esta década marcou a vida social, educacional e cultural do Brasil, intensificou o processo de mobilização popular em favor de reformas estruturais distributivas da riqueza social, envolve estudantes, trabalhadores da cidade e do campo, intelectuais, políticos de viés popular, setores da classe média e Igreja Católica. Das intensas lutas por educação popular, as experiências nordestinas de 1960/64 destacam-se, vista como “região problema” (GERMANO, 2000, p.17) devido às expressivas desigualdades sociais. Contou-se com a participação de alunos nas reivindicações, resultando na redefinição da União Nacional dos Estudantes, apoiada por movimentos cristãos. Com a crescente privatização do ensino aprofunda a segmentação. Após 64, ações tornaram-se expressivas por mecanismos à promoção automática e merenda escolar por índices de retenção escolar, mas as desigualdades regionais se ampliaram devido à menor atenção



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

dada pelo governo central ao problema do ensino elementar. Enquanto ocorria a crescente municipalização do ensino, havia arremessas de fontes de renda via impostos transferidos para a União.

No início de 70, reformas pelo regime militar propõem adequação da educação às exigências do capital internacional, com a promulgação da Lei 7.692/71, mas excesso de burocratização leva, nos anos 80, a novas necessidades de mudanças educacionais. A Constituição de 88 trouxe avanços à democratização das tomadas de decisão e sentido à cidadania. Contudo, a década de 90 é limite ao estudo de políticas públicas no Brasil. O Marco de Ação de Dakar reforça a visão da Declaração Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, 1990, apoiada pela Declaração Universal de Direitos Humanos e Convenção sobre Direitos da Criança reforça: “toda criança, jovem e adulto tem o direito humano de se beneficiar de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser”; a favor da educação que “se destina a captar talentos e potencial de cada pessoa e desenvolver a personalidade dos educandos para que possam melhorar suas vidas e transformar suas sociedades”.

Em Gohn (1997, p.290) as maiores influências aos movimentos sociais no Brasil, no plano das teorias macros foram Habermas com o “agir comunicativo”; Claus Offe com a visão de que “novos” movimentos sociais, com novas propostas favorecem a nova qualidade de vida; Adam Przeworski com mudanças operadas no seio da sociedade capitalista no pós-guerra e o novo papel do Estado, com políticas de cunho neoliberal; Arato, junto a estudiosos que trabalham movimentos sociais no Brasil, Avritzer, 1994 e Gohn, 1995, aprofunda o conceito de “sociedade civil” em Hegel e Habermas. Melucci desenvolve estudo sociológico, com base em trabalho de campo sobre crises e movimentos sociais, sindicatos, participação política e incorpora novas categorias e formas de ação coletiva que estariam



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

instituindo novas identidades sociais, foge das análises centradas na luta material no mundo do trabalho, interpreta fenômenos da condição humana contemporânea. Alain Touraine e Celso Furtado foram grandes influências sociológicas.

A LDB 9.394/96 amplia conceitos, concepções e direito à educação que abrange processos formativos que se produzem na vida familiar, convivência humana, trabalho, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e manifestações culturais. O ensino baseado em princípios da igualdade de condições ao acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, pensamento, arte e saber; pluralismo de idéias e concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; gestão democrática do ensino público; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extra-escolar; vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais; favorece a EJA, estabelecendo ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria e oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores, condições de acesso e permanência na escola. No Art. 5º, deve recensear a população em idade escolar ao ensino fundamental e a jovens e adultos que a ele não tiveram acesso. Contudo, parece que escolas brasileiras ainda precisam se adequar para atingir objetivos da educação e ensino para o Séc. XXI.

Essa LDB destina a EJA àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, ficando a cargo dos sistemas de ensino assegurar gratuitamente aos que não puderam efetuar estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, observando-se as características do aluno, seus interesses, condições de vida, trabalho, mediante cursos e exames. Ao Poder Público cabe viabilizar e estimular o acesso e



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

permanência do trabalhador na escola, por ações integradas e complementares entre si. Sistemas de ensino “manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”, realizar-se-ão “no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos” e “no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos”. Conhecimentos e habilidades “adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames”.

Na Conferência Internacional sobre Educação de Adultos – V CONFINTEA: “Aprender em Idade Adulta: uma Chave para o Século XXI”, em Hamburgo/1997, a educação de adultos é o conjunto de processos de aprendizagem, formal ou não e pessoas consideradas adultos pela sociedade a qual pertencem desenvolvem suas capacidades, enriquecem conhecimentos, melhoram suas qualificações técnicas, profissionais ou as orientam a satisfazerem suas próprias necessidades e as da sociedade (MEC/UNESCO, 1998, p.7). Propõe sublinhar vida educativa em vida adulta; incentivar compromissos, à escala planetária, a favor do direito dos adultos a aprendizagem ao longo da vida; trocar experiências sobre experiências atuais a aperfeiçoamentos necessários; recomendar políticas e prioridades para o futuro e adaptar uma Declaração sobre Educação de Adultos e um Plano de Ação para o Futuro e promover a cooperação internacional. O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Séc. XXI aprofunda o dever de compreender melhor o outro e o mundo; exige compreensão mútua, entreajuda pacífica, harmonia como valores de que o mundo precisa. Para aprender a viver juntos, é preciso aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a ser (DELORS, 1999, p.19).

Em 2000, a SECAD/MEC beneficia a EJA, com Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento de Jovens e Adultos, Programa Fazendo



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Escola, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica, FUNDEB para atender a educação básica e reserva recursos aos programas direcionados a EJA: formação continuada de docentes, alimentação escolar e aquisição/produção de livro didático. O Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos -PNLA, distribui a título de doação, obras didáticas a estados, Distrito Federal e municípios, visa à alfabetização e escolarização de pessoas com idade de 15 anos ou mais e

dar cumprimento ao Plano Nacional de Educação – que determina a erradicação do analfabetismo e o progressivo atendimento a jovens e adultos no primeiro segmento de Jovens e Adultos até 2011 – e promover ações de inclusão social, ampliando as oportunidades educacionais para jovens e adultos com 15 anos ou mais que não tiveram acesso ou permanência na educação básica; estabelecer um programa nacional de fornecimento de livro didático adequado ao público da alfabetização de jovens e adultos como um recurso básico, no processo de ensino e aprendizagem.

São recursos didáticos disponíveis para as entidades parceiras. Mas o docente da EJA não conhece. A UNITRABALHO, rede universitária nacional que agrega, hoje, 92 universidades e instituições de ensino superior em parceria com a SECAD visa à produção de material didático-pedagógico, com base no Parecer 11/2000 e Resolução 1/2000, sob tema Trabalho. A Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização, planejada para “firmar um pacto social, melhorar e fortalecer” a EJA reuni periodicamente, “representantes de diversos segmentos da sociedade, de cada estado brasileiro, para trabalhar, em conjunto, seguindo a filosofia do compromisso pela educação, impetrada pelo Plano de Desenvolvimento da Educação”; propõe reiterar a importância da participação democrática e republicana como princípio das políticas públicas de estado em EJA; discutir, compartilhar, traçar e avaliar ações e estratégias para atender o cumprimento do direito à educação de qualidade; fortalecer espaços de



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

mobilização e políticas públicas de estado: respeito ao acesso à educação, constituição de atendimento que assegure o direito à educação básica e fortalecimento do conceito da Educação ao Longo da Vida para a EJA, dar atenção à diversidade etária, gênero, étnica, racial, sócio-econômica, espacial e cultural.

CONCLUSÕES

A desigualdade social é apontada como a maior causa da necessidade de sobrevivência e obriga a jovens e adultos a desistirem da escola para buscar trabalho e ajudar a sustentar suas famílias. O índice de repetência, evasão e abandono escolar é muito elevado.

Desse modo, parece que ações e investimentos em EJA ainda são muito tímidos. Os resultados de pesquisas denunciam que o percurso do País ainda é muito longo para atingir objetivos e metas de enfrentamento ao analfabetismo até 2015. O número de crianças e adolescentes trabalhadoras, fora da escola ou baixo índice de frequência na sala de aula acontece por diversos motivos que os introduzem ao mundo do trabalho, mão-de-obra barata e presas mais fáceis de serem disciplinadas.

A pobreza, principal indicador da situação-problema, devido à redução do acesso da criança e adolescente pobre à escola, aumenta o índice de analfabetos jovens e adultos a cada ano. Alunos na escola não se interessam pelos estudos, abandonam a escola por repetência e evasão escolar. Parte dos que retornam a sala de aula, envolveram-se em situações indesejáveis pela sociedade: violências físicas, prostituição, consumo e/ou tráfico de drogas, roubos/furtos.

Na escola, 87% de 230 alunos que responderam formulários fechados e abertos, estão insatisfeitos, desiludidos, sentem que a escola não foi construída para eles e são incapazes de aprender o que o docente ensina na sala de aula,



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

obtem resultados negativos na avaliação da aprendizagem. Do outro lado, 100% dos 12 docentes que responderam ao formulário fechado e aberto se sentem frustrados, cansados e, muitas vezes, agredidos e ameaçados pelos alunos. O governo não consegue manter o docente com qualificação adequada na sala de aula; currículo e programas são elaborados pelas instâncias públicas estaduais e federais em educação e não tem relação com suas experiências de vida, não apresentam conteúdos de seu interesse, os recursos didáticos não favorecem a relação de ensinar-aprender e a avaliação da aprendizagem não tem conexão com o trabalho didático-pedagógico e discurso docente.

Não há dúvida, é preciso firmar compromisso favorável ao desenvolvimento integral do indivíduo-sujeito, ao processo cognitivo-intelectual, mas também ao biopsicossocial, cultural e espiritual, atitudes, valores, a condição da pessoa humana. O ensino deve favorecer a produção de conhecimento pertinente, que lhes dê condições de agir, pensar, criar e construir novos conhecimentos, para aprender a conhecer, saber-fazer, saber-ser e ser um sujeito individual e coletivo. A escola precisa falar a língua do aluno, conduzir ensino integrando teoria-prática, buscar estratégias de ensino favoráveis à aprendizagem do jovem e adulto, estimular a participação com envolvimento no processo de ensinar-aprender as linguagens, ler e escrever. Portanto, deve buscar estratégias favoráveis à manutenção dos que conseguem acesso, mas abandonam a escola antes de concluir o ano letivo.

REFERÊNCIAS

- DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1999.
- FREIRE, P. **Política e Educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 1997.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

-
- _____. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.
- _____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. **Educação e poder: introdução à Pedagogia do Conflito**. São Paulo, Cortez, 2003.
- GERMANO, J. W. **Prefácio**. In *Histórias inéditas da educação popular*. SCOCUGLIA, A. C. São Paulo: Cortez, 2000.
- GOHN, M. da G. **História dos movimentos e lutas sociais**. São Paulo: Loyola, 1995.
- _____. **Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.
- MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- PAIVA, V. P. (Org.). **Perspectivas e dilemas na educação popular**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2000.
- TOURAINÉ, A. **Igualdade e diversidade**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- V Conferência Internacional de Educação de Adultos**. Hamburgo: UNESCO, 1997; Brasília: MEC, 1998.